

# Partilhas negras: por um exercício antirracista e pluriversal na formação em Psicologia

## *Black shares: for an anti-racist and pluriversal exercise in Psychology training*

## *Compartilha negras: por un ejercicio antirracista y pluriversal en la formación de Psicología*

Anna Thereza Vargas Graciliano<sup>1</sup>  
Luciana Rodrigues<sup>1</sup>

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/serieestudos.v29i67.1920>

**Resumo:** A partir de nossas experiências como duas mulheres negras no campo da Psicologia – uma como graduanda e outra como docente –, buscamos tecer, neste artigo, diálogos sobre a formação em nosso campo, interrogando os efeitos da sustentação das lógicas e heranças coloniais no cotidiano acadêmico que atravessam corpos como os nossos. Ao considerarmos a *inteireza* de nosso ser (Lorde, 2020) como ética de nossa política de escrita, produzimos esse texto encharcado de nossos corpos, com suas experiências, seus pensares e sentires; um corpo-experiência. Para tanto, lançamos mão de um correio de cartas entre nós (e com vocês), inspiradas na cartografia (Battistelli, 2022) pela qual afirmamos uma política de escrita que se compõe com cartas-ensaios-textos. Nesse caminho, destacamos a necessidade de enegrecer a universidade para que possamos sustentá-la na e como pluriversidade.

**Palavras-chave:** formação; Psicologia; antirracismo.

**Abstract:** From our experiences as two black women in the field of Psychology – one as an undergraduate, the other as a professor – we seek to produce, in this article, dialogues about training in our field, interrogating the effects of sustaining colonial logics and legacies in everyday academic life that cross bodies like ours. When we consider the entirety of our being (Lorde, 2020) as the ethics of our writing policy, we produce this text soaked of our bodies, with their experiences, thoughts and feelings; an experience-body. To this end, we made use of a mail of letters between us (and with you), inspired by cartography (Battistelli, 2022), through which we affirm a writing policy that is composed of letters-essays-texts. Along this path, we highlight the need to blacken the university so that we can sustain it in and as a pluriversity.

**Keywords:** undergraduation; Psychology, anti-racism.

**Resumen:** A partir de nuestras experiencias, como dos mujeres negras en Psicología – una como

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

estudiante de pregrado, la otra como docente— buscamos tejer, en este artículo, diálogos sobre la formación en nuestro campo, cuestionando los efectos de sostener lógicas y legados coloniales en la vida cotidiana. vida académica que atraviesa cuerpos como el nuestro. Cuando consideramos la totalidad de nuestro ser (Lorde, 2020) como ética de nuestra política de escritura, producimos este texto empapado de nuestros cuerpos con sus vivencias, pensamientos y sentimientos; un cuerpo de experiencia. Para ello, hicimos uso de un correo de cartas entre nosotros (y con ustedes), inspirado en la cartografía (Battistelli, 2022) a través del cual afirmamos una política de escritura que se compone de cartas-ensayos-textos. En este camino, destacamos la necesidad de ennegrecer la universidad para que podamos sostenerla en y como pluriversidad.

**Palabras Clave:** formación; Psicología, anti-racismo.

## 1 INTRODUÇÃO: AO QUE VIEMOS

Sou um ser humano. Sou uma mulher negra, uma poeta, mãe, amante, professora, amiga, gorda, tímida, generosa, leal, irritável. Se eu não trouxer tudo o que sou ao que estiver fazendo, então não trago nada, ou nada de valor duradouro, pois omiti minha essência. Audre Lorde

Neste artigo, buscamos, a partir de nossas experiências como duas mulheres negras que habitam o espaço do ensino superior em Psicologia – uma como graduanda, outra como docente – em uma universidade federal ao sul do país, tecer diálogos sobre a formação em nosso campo. Convidamos você que nos lê a perceber e interrogar os efeitos da sustentação das lógicas e heranças coloniais no cotidiano acadêmico em corpos como os nossos. Trata-se de uma escrita que deriva de encontros, discussões e análises dentro do trabalho que desenvolvemos juntas em uma pesquisa no campo da Psicologia Social, intitulada “Diálogos e articulações entre o pensamento de bell hooks e o campo da Psicologia Social”<sup>2</sup>, com o intuito de compreender e estabelecer conexões entre o campo da Psicologia e a obra de bell hooks – intelectual, feminista, ativista e crítica cultural.

Como parceiras de pesquisa, de construção de conhecimentos e aprendizagens mútuas, é importante nos situarmos enquanto pessoas que produzem e partilham suas produções a partir de um corpo, de um lugar e de um campo de possibilidades. Eu sou Anna Thereza, uma mulher cis, negra (de pele retinta),

---

<sup>2</sup> A pesquisa, realizada pelo Coletivo bell hooks: formação e políticas do cuidado, vinculado ao Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana (IPSSCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), objetivou constituir diálogos entre o pensamento feminista de bell hooks e a Psicologia Social. Através da pesquisa, discutimos conceitos como escuta, acolhimento e cuidado pelo viés ético do feminismo negro.

bissexual, graduanda do curso de Psicologia, atualmente bolsista de iniciação científica (IC) no Coletivo bell hooks: formação é políticas do cuidado<sup>3</sup>, nascida, criada e moradora da periferia de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, lugar que é real e me botou onde estou hoje; foi onde aprendi a ser mãe de um menino alegre de 6 anos, entendendo e embalando à frente esse espaço de onde eu vim, como um suporte para ficar nos lugares que parecem não terem sido planejados para mim, para nós (como a academia), mas nos quais tenho direito de ser e estar. Foi estando em relações nutritivas para minha existência que a vontade de realizar movimentos coletivos se fortaleceu. Assim, foi em diálogo com estudiosas e teóricas negras e indígenas que eu pude nomear esse sentimento grandioso de estar em coletividade, que segue cada vez mais ganhando força, para que eu não volte a ser só.

Eu sou a Luciana, uma mulher cis, negra (de pele clara), lésbica, docente-pesquisadora no campo da Psicologia Social, tecendo articulações com as relações raciais; mãe de um menino faceiro que, atualmente, está em seus 7 anos. Sou neta de uma avó negra benzedeira – vó Almerinda –, que, em suas *sabêças*, me ensinou sobre cuidar e acolher, a encarnar e encantar, no e com o corpo, prática e fazeres para conhecer e acessar o mundo com gentileza. Outras mulheres, como as feministas negras, também têm me ensinado um tanto de coisas que transformaram meu corpo professora-pesquisadora e minhas perspectivas epistemológicas, ensinando-me como ser *inteireza* nesse universo acadêmico que, não raro, nos fragmenta. Se aqui estou é porque outras lutaram pelo sonho de um tempo presente onde elas seguiriam existindo em nós e, assim, eu também sustento o sonho de um futuro com muitas/os/es de nós.

Ao considerar, como nos convoca Audre Lorde (2020), a inteireza de nossos corpos como ética de nossa política de escrita, produzimos esse texto encharcado de nossos corpos e o que eles contêm – nossas experiências, nossos pensares e sentires; um corpo-experiência. Para cumprir nosso propósito nessa escrita, lançamos mão do estabelecimento de um correio de cartas entre nós (e com vocês), inspiradas na cartografia construída por Bruna Moraes Battistelli (2022), que nos ensina sobre a composição de cartas (ensaios, textos) como uma política de pesquisa e escrita feminista, implicada em uma luta antirracista.

---

<sup>3</sup> Coletivo de estudos, pesquisa e extensão vinculado ao IPSSCH/UFRGS.

Aprendemos com a autora que apostar nas cartas é um exercício íntimo e de cumplicidade com os temas e as pessoas com quem pesquisamos (Battistelli, 2022). Desse modo, essa troca de correspondência se constitui como uma prática ética que possibilita a interrupção de violências epistêmicas que, muitas vezes, acompanham a produção de conhecimento, principalmente em se tratando de duas pesquisadoras negras. Sentimos o epistemicídio em nossas rotinas de ensino-aprendizagem, nos movimentos de corpos brancos ao nosso redor nos lembrando de que a produção acadêmica não seria nosso lugar. Assim, para que possamos cavar uma trincheira epistêmica-metodológica mais efetiva para nossas existências e saberes, lançamos mão de cartas como metodologia e política de escrita. Para tanto, nós nos inspiramos na produção teórico-metodológica da autora, a qual nos aponta princípios éticos na produção de conhecimento, tais como o diálogo, o pensamento produzido no *entre* e uma escrita pautada pelo compromisso de convidar a/o outra/o para a conversa.

Buna Battistelli (2022) tem produzido escritas em formato de troca de cartas, utilizando-as como ferramenta metodológica e política de escrita que, a partir dos referenciais teóricos dos feminismos e de autoras/es contra-coloniais, busca se aliançar a pesquisas comprometidas com a pesquisa como ferramenta de transformação social. Desse modo, ela nos apresenta um fazer acadêmico contra-hegemônico, em que pesquisa e vida se entrelaçam (Battistelli, 2022) e a metodologia e a política de escrita que escolhemos em nossos processos acadêmicos precisam integrar a escolha da dimensão do pessoal (que é, também, político) e do cotidiano como produtores de conhecimento: “Como falar da pesquisa e da tese sem falar da vida? Pesquisa e vida não são duas histórias distantes, não são pontos extremos de uma existência: uma produz a outra, uma conta da outra. São histórias que existem juntas e não em separado” (Battistelli, 2022, p. 13).

Importante ressaltarmos que nossa proposição de escrita se insere na esteira dos estudos feministas e antirracistas e, portanto, nós não temos nenhuma pretensão de seguir posições universalistas e neutras nem nos isentarmos do comprometimento de produzir diálogos que tenham como horizonte a transformação social. Nosso compromisso reside justamente na possibilidade, na aposta por um movimento que busca contribuir para uma academia que enfrente as lógicas coloniais, as quais, historicamente, perpassam sua fundação. Lutamos por uma academia que desafie os sistemas de dominação – supremacista branco,

patriarcal, capitalista e imperialista, como sistematiza bell hooks (2019), os quais se interligam, produzindo processos de opressão, desigualdade racial, sexismo, capacitismo, entre outras violências.

A própria história, organização e constituição dos saberes das chamadas Ciências humanas – conhecimentos validados como legítimos dentro do campo das produções acadêmicas/científicas – nasce de um projeto moderno-colonial (Menezes, 2018; Grosfoguel, 2016), cuja aposta está centrada na sustentação e manutenção da hegemonia dos saberes eurocentrados, forjados a partir de posicionalidades específicas que são globalizadas como universais (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016), tais como: branca, cisheteronormativa, elitista, cristã e capitalista (Grosfoguel, 2016). Portanto, “[...] apesar da colonização *strictus sensu* ter acabado, ficaram seus efeitos em termos de padrão cultural branco/europeu como organizador do mundo, da vida e do pensamento” (Menezes; Lins; Sampaio, 2019, p. 2).

É a partir dessas posições que, ao longo da história, assumiu-se um lugar hegemônico do saber, da verdade, da educação, do bom, do “normal”, em contraponto a tudo o que se difere dessas mesmas posicionalidades – como em um país como o nosso, pautado na hierarquia e desigualdade racial, aponta os sujeitos negros e os povos indígenas como aqueles que são considerados como inferiores, subalternos, que não conheceriam “a” verdade, que não saberiam se portar, sem educação, cultura e inteligência. Não é, portanto, nenhuma coincidência que os currículos da Psicologia estejam hegemonicamente alicerçados em autores brancos, europeus e estadunidenses, ainda que o movimento de tensionamento da universidade, por uma pluralidade de corpos e epistemologias, siga produzindo rachaduras e transformações nessa academia que flerta com a lógica da “casa grande” .

Esses aspectos, que dizem respeito à forma como nós nos relacionamos com a produção de conhecimento – e também à forma como nos relacionamos e produzimos modos de estarmos no mundo – perpassam e constituem o campo de produção de práticas e conhecimentos da Psicologia e, conseqüentemente, da Psicologia Social, de onde partimos como pesquisadoras. Nesse sentido, nós nos voltamos para a história de nosso campo de atuação, tendo presente que ele também carrega heranças coloniais que nos são transmitidas por uma formação ainda fortemente pautada por referenciais eurocêntricos (Menezes; Lins; Sampaio,

2019), é uma tarefa fundamental ao enfrentamento às violências que os sistemas de dominação nos impelem a reproduzir, ou seja, violências racistas, sexistas, de opressão de classe, capacitista, entre outras. Isso implica compreendermos que se faz necessário compor a formação acadêmica a partir de um movimento pluriversal – tanto em relação aos corpos que acessam e habitam a universidade como às epistemologias que compõem seus currículos. Isso exige, ainda, a transformação das práticas cotidianas nas relações acadêmicas, que precisam estar aliançadas ao compromisso com a luta antirracista e contra todas as formas de opressões.

## **2 DAS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NA ACADEMIA**

Admirável Lu,

O momento atual, para mim, vem sendo carregado de turbulências. Nós sabemos que elas têm partido da academia, que é sustentada pela lógica de uma norma estrutural (moderno-colonial) que tenta excluir e apagar nossos corpos. Ser e estar não é fácil, entretanto, tu me afetas tanto, Lu, que me instrui a querer tudo que eu posso (estar aqui, escrevendo, é um exemplo); a almejar outras formas de ser dentro da universidade. Espero e tenho desejo que isso vá longe. Imagino quantas outras também estão querendo ser inteiras, e o que trago, aqui, está ligado ao que aprendi fora e dentro da academia. Faz algum tempo que venho sentindo e percebendo, para além da teoria, o que é ser uma mulher negra dentro de uma universidade federal no sul do país. Experimentando e vivenciando muitas coisas enquanto aluna de graduação, comecei a expor alguns questionamentos que já me cercavam fortemente, tal qual uma criança que observa o ambiente por muito tempo até que, quando começa a falar, logo faz disparos como “por que isso e aquilo?” ou “por que, por que e por que?”, mas que nunca tem esses questionamentos sanados, com nenhuma resposta para minhas dúvidas, que aumentavam cada vez mais e iam como num movimento de vai e vem do balanço, entre professoras/res e alunas/os. É possível sentir um certo rechaço chegando sobre meu corpo, que é um corpo preto, consideravelmente frágil e passível de quebrar pela branquitude.

Quando chegamos no curso, logo começamos a produzir pensamentos do tipo “minha nossa, isso é uma maravilha, as coisas aqui dentro são diferentes, e as pessoas são tão boas”. Isso é algo que o próprio curso induz, já que a Psicologia é um campo onde se pensam as relações, os sujeitos e compreende (ou deveria

compreender) o funcionamento das opressões, as formas pelas quais elas operam na sociedade, reconhecendo e assumindo lutar ativamente contra elas, seja quais forem e ou de onde vierem. No entanto, depois que chegamos ao curso, pensando a Psicologia que atualmente estamos aprendendo e produzindo, vemos que ela é uma Psicologia ainda muito assentada nas lógicas da branquitude – enquanto sistema de opressão e distribuição de privilégios (Bento, 2002; Cardoso, 2010)<sup>4</sup>; assim, uma Psicologia, por vezes, racista, elitista e excludente. Quando apontamos isso em reuniões ou espaços de discussão dentro do curso, não raro, questões que envolvem uma discussão racial são tratadas como algo diferente e problemático, que só serão vistas se forem nos estudos do campo da Psicologia Social. Afirma-se, então, algo que fica subentendido: que os outros dois departamentos de Psicologia da universidade (correspondentes a diferentes áreas do campo) não precisam se relacionar com tais assuntos.

Há três meses, eu estava chegando (“bem chegada”) no Coletivo bell hooks e precisei pausar um pouco para poder compreender em que momento o grupo estava. Iniciei meu ingresso lendo o projeto de pesquisa vinculado ao Coletivo e fui ficando gradativamente animada. À medida que ia passando as páginas, seguia com vontade de encontrar, ali, uma escrita que eu pudesse sentir as palavras, o desejo de mudança, e querer que isso se tornasse acolhimento. Cheia desse sentimento, cheguei no conteúdo sobre a metodologia utilizada na pesquisa (de análise documental), que seguia alguns fios da perspectiva da cartografia. O Coletivo buscou ler com responsabilidade os livros de bell hooks (campo da pesquisa) e, a partir disso, pôde tecer diálogos relacionados aos temas em que a autora se debruçou e ao campo da Psicologia Social. Ainda sobre a perspectiva metodológica, uma frase ali me fez sorrir e fortaleceu meus ideais mais presentes, nesse momento, e que levei até a apresentação do Salão de Iniciação Científica (SIC), de 2023 da universidade. Para mim, uma mulher negra ocupando um lugar na universidade, esse pequeno recorte que irei trazer, foi capaz de me acolher e representar de tal forma, que eu precisava reafirmar isso aos que estavam presentes. A academia

---

<sup>4</sup> Intelectuais que se debruçam sobre o tema da branquitude, como Maria Aparecida Bento (2002) e Lourenço Carodoso (2010), apontam que o conceito de branquitude se refere à construção de um lugar de superioridade (e, conseqüentemente, de produção de inferioridade), a partir do qual pessoas brancas passam a compreender a si como superiores e aos demais como inferiores; é um lugar de onde pessoas brancas projetam, em outros grupos raciais, todas as características ruins que não conseguem suportar enxergar em si mesmas.

sempre fala de certos corpos positivamente, enquanto outros podem ser apagados. Escolhe determinadas pessoas, escritores e pensadores para compor e repassar sua prática, enquanto exclui e desconsidera outras/os/es.

Sua proposição se insere na esteira dos estudos feministas e antirracistas que não têm nenhuma pretensão de seguir posições universalistas e neutras, nem se isentar da proposição de produzir intervenções que tenham como horizonte a transformação social (extrato retirado do projeto de pesquisa, não publicado)<sup>5</sup>.

Esse movimento é grande demais, saber que o momento de escolha do aporte teórico pode dar as mãos a escritos que trazem narrativas que saiam da verticalidade, que tragam a pluralidade para o fazer da pesquisa. Não fingir que gostos e escolhas são “aleatórios” ou normalizar opressões e silenciamentos. Na Psicologia, as vozes dos ditos “clássicos” são tidas, até hoje, como mais importantes do que as vozes de escritoras negras e indígenas. Se nós nos perguntarmos sobre os estudiosos da área, temos uma bibliografia extensa com homens brancos, héteros e internacionais. Entretanto, quando nos perguntamos se as/os professoras/es têm oferecido às/aos estudantes de Psicologia, da universidade que estou inserida, saberes de mulheres negras e indígenas, nós nos deparamos com uma resposta negativa, como se não houvesse produção de conhecimento na área, a partir desses corpos, que pudessem ofertar aprendizados para nós alunas/os/es. Essa lógica é entendida como proveitosa para pessoas brancas, privilegiadas, que sigamos estudando o norte global e reconhecendo tudo o que vem de lá como “a verdade” e, assim, nosso currículo é recheado de teorias que oprimem e excluem outras perspectivas epistemológicas. Querendo ou não, ao longo dos cinco anos de ensinamentos pelo curso, estamos aprendendo sobre esse modo de se relacionar com o conhecimento.

Como uma mulher preta, da periferia, filha da política de cotas, tenho o desejo de ser representada em sala de aula, gostaria que meus colegas brancos e privilegiados tivessem acesso, em sala de aula, a narrativas sobre nós. Vivemos em um país que herdou tantas bagagens da colonialidade, mas, durante o percurso de formação, não lidamos com isso com a devida importância. Aí eu penso: “Quem eu vou acolher e a serviço de quem estarão meus aprendizados?” Tenho

---

<sup>5</sup> Projeto mencionado anteriormente, com registro e vínculo institucional junto a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

certeza de que não será para o menino Hans<sup>6</sup>, mas é sobre pessoas como ele que estudamos. Na universidade, as/os professoras/es utilizam do lugar de saber que ocupam para informar que não compactuam com a estrutura racista – até é uma ofensa quando proferido para essas pessoas que algum ato feito por elas tenha ido a favor dessa estrutura. Elas parecem acreditar que o ato da fala (dizer-se antirracista) é o suficiente, mas posso afirmar, enquanto vivente do prédio onde estudo, que isso não é e nunca será o bastante. A partir disso, não é pouca coisa pensar no poder que um/a professor/a tem estando em sala de aula. Por exemplo, o poder de montar um plano onde vai escolher inserir determinadas perspectivas de conhecimentos e deixar outras de fora. A escolha, frequentemente, é feita de modo a manter as coisas como estão. “Para que isso? Vamos deixar uma aula em EAD<sup>7</sup> para falar sobre raça”, é assim que muitas pessoas brancas utilizam do seu privilégio. Mal somos convidadas/os a reconhecer nossa América Ladina (Gonzalez, 2018)<sup>8</sup> como produtora de conhecimento, e podemos acabar pensando que a academia é apenas branca.

Minha apresentação no SIC (bolsistas precisam apresentar sobre o projeto de pesquisa ao qual estão vinculadas/os/es) nasceu do desejo e da vontade de levantar tudo isso que ninguém ali, naquele espaço, parece querer falar. Mas não só evidenciar e falar, mas levantar a possibilidade de ser agente de mudança ao escolher embasar um estudo com referenciais que partam de mulheres negras, indígenas, que são deixadas de lado pelas lógicas de um sistema supremacista branco, cisheteronormativo e patriarcal que, hegemonicamente, constituiu o campo da Psicologia, portanto, suas práticas, seu currículo.

Poder fazer disso algo que retorne para mim, em primeiro lugar, trazer com confiança aquilo que eu desejo que seja um dia a Psicologia, uma Psicologia

---

<sup>6</sup> Nome do menino apresentado como um estudo de caso na obra de Sigmund Freud, considerado pai da teoria psicanalítica.

<sup>7</sup> Sigla para ensino a distância.

<sup>8</sup> Lélia Gonzalez (2018) nos convida a reconhecer nossa Amefricanidade enquanto povo brasileiro. Em suas palavras, tal categoria político-cultural traz “[...] um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil que, por razões de ordem geográfica e, sobretudo, da ordem do inconsciente, não vem a ser o que geralmente se afirma: um país cujas formações da inconsciente são exclusivamente europeias, brancas. Ao contrário, ele é uma América latina cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o t pelo d para, aí sim, ter seu nome assumido com todas as letras: América Ladina. [...] Nesse contexto, todos os brasileiros (e não apenas os ‘pretos’ e ‘pardos’ do IBGE) são ladinoamefricanos” (Gonzalez, 2018, p. 321).

que de fato leve e pense cuidado dentro da formação, que considere as relações dentro da sala de aula, os corpos em suas diversidades e os saberes que carregamos, a partir dos lugares de onde partimos e que nos constituem como sujeitos no mundo. Como uma ginga na capoeira, uma troca que acontece com movimentos de lá e de cá. Eu, do lado de cá e, o resto, que não parte de mim, do lado de lá. Essa ginga também é a minha experiência de sobrevivência dentro do curso de Psicologia e não só minha, mas das minhas e dos meus semelhantes que adentraram esse universo, que acabaram “quebrando” a cara com o passar dos semestres. Muitas experiências através das salas de aulas pelas quais passei, e sigo passando, fizeram com que eu me deparasse com movimentos que não nos ensinam, não nos envolvem e que não nos citam para além da desaprovação existente em uma sociedade estruturada sobre a hierarquia racial, pois a supremacia branca diariamente atualiza o projeto de mundo moderno-colonial que se movimenta com o objetivo de que apenas o branco receba o privilégio de construir suas narrativas e ser validado. Estamos em um “jogo” que está mais nas mãos das/os professoras/es, de criarem rotas para que consigamos desviar de um único modelo de ser aluna/o/e e engatar na possibilidade de produzir outras formas de existir no mundo, que vão ao encontro de uma formação que possa ser feminista e antirracista.

Em minha apresentação no SIC, segui a linha de ação, de luta para a garantia de nossa passagem por aquele lugar, para escurecer a universidade, para afirmar que podemos aprender uns com os outros e desconstruir a centralidade do saber que vem de homens brancos do norte global. Foi levantando esses pontos, falando também das responsabilidades que as/os professoras/es precisam encarar, que fui destaque da minha sessão de apresentação, recebendo menção honrosa do SIC de 2023.

Vou falar para você que eu vi no olhar das/os professoras/es presentes naquela tarde muitas coisas. Alguns olhares de surpresa (talvez muitos não apostassem no que eu levava), outros de alegria e encantamento. Das minhas e dos meus colegas, tudo o que eu precisava: apoio, sorrisos e acenos com a cabeça, mostrando que concordavam com cada frase que eu falava sobre a atualidade da nossa formação em Psicologia. Questionamos tudo isso há tanto tempo, sempre sabendo que nunca estivemos neutras/os/es à realidade (isso não é possível, sequer nos foi permitido querer). Dentro da graduação existem certos “rumores” sobre a

neutralidade, e as pessoas acabam por usar ela como escudo contra um processo de mão-dupla, que é o afetar e deixar-se ser afetado para, assim, não “contaminarem” os seus trabalhos. Temos muitas pautas que parecem ficar adormecidas dentro do curso; pautas sociais, de classe, gênero, entre outras. Esse processo de adormecer acontece quando assuntos relativos a elas chegam na superfície e evidenciam que o sujeito universal, que tanto se fala e sobre o qual aprendemos em muitas disciplinas desde o primeiro semestre, é a composição de uma pessoa branca. Como se fosse um ciclo: a gente debate, os brancos escutam e falam; lá, pertinho do fim (e com grande atraso), eles/as se colocam enquanto inseridas/os no pacto da branquitude (Bento, 2002), mas depois já não se fala mais nisso, nem há necessidade. É como se dissessem: “Já reconheci que sou uma pessoa branca”, então, começa tudo de novo.

Por todas as aulas que passo, venho perguntando: “Quando a responsabilidade, o cuidado e a ética estarão para as/os/es estudantes como, de fato, um compromisso da formação do fazer *psi* antes de concluir a graduação?” Isso tomou meus pensamentos por tantas vezes. Eu só fui me dar conta de que a formação em Psicologia não pode fugir das facas afiadas que partem de um projeto colonial europeu (a atualização dos modos coloniais está presente em nossas formações, seja qual curso for) estando no oitavo semestre de um curso de dez semestres.

Olhando um pouco de longe os paralelepípedos nos quais nos encontramos para construir saberes sobre as relações e os sujeitos, a partir de nosso campo, percebo como ignoramos o que acontece no cotidiano, em sala de aula, como se não houvesse importância nas conexões que fazemos com e entre nossas vidas no percurso de ensino, dentro e fora da sala de aula, as quais podem enriquecer o aprendizado. Algo importante que aprendi até aqui, contrariando a lógica institucional-colonial (e partilho com minhas e meus colegas), é a possibilidade de trazer a análise que nós colocamos tanto no “outro” e deixá-la recair sobre nós mesmas/os. Não podemos esquecer que também estamos produzindo afetações no meio. Isso é um movimento importante de se fazer. Enquanto futura psicóloga: se eu não consigo visualizar a importância de meus atos, escolhas e afins durante a graduação, como eu vou fazer quando pegar o canudo?

Um abraço,  
Anna Thereza

### **3 SOBRE UM IMPORTANTE EXERCÍCIO PARA DESCOLONIZAR A UNIVERSIDADE**

Querida Thereza,

Ainda não é algo tranquilo nem fácil para nós (mulheres negras) ocuparmos os espaços acadêmicos de modo a nos sentirmos acolhidas e pertencentes a esse espaço. Assim como tu mencionas em tua carta, também compreendo, a partir dos efeitos das relações acadêmicas cotidianas em meu próprio corpo, o que é ser uma mulher negra dentro de uma universidade. Um tanto disso compartilhei em um artigo que escrevi tempos atrás (Rodrigues, 2022), depois de entrar como docente na universidade em que nos encontramos.

É impressionante perceber a perversidade do racismo em nossas relações cotidianas; como ele permeia as lógicas institucionais e como nos aponta sua lâmina afiada nas relações interpessoais. Ingenuamente, em certo momento da vida, pensei que, trabalhando em uma universidade federal, na metrópole do estado, o racismo não me encontraria tão facilmente como acontecia na cidade interiorana, de colonização alemã, de onde eu parti. Não pensava que seria tão difícil repensar currículos para que eles pudessem ser mais pluriversais, para que autoras/es negras/os, indígenas, do sul global, pudessem compor disciplinas no mesmo plano de reconhecimento que os ditos “clássicos”. Não pensei que neste ambiente, a percepção e o reconhecimento do racismo era algo tão difícil, ainda que previsível e compreensível, como Maria Aparecida Bento (2002) nos mostra, ao forjar o conceito do pacto narcísico da branquitude – esse que faz pessoas brancas agirem para proteger e sustentar os próprios privilégios.

Thereza, como tu bem sabes, a gente está sempre transitando por uma universidade hegemonicamente branca, pois a maioria ali, no dia a dia, é branca; a maioria dos livros, das referências, são brancos. Então, como podemos tornar esse espaço pluriversal e acolhedor para outros corpos sem pensarmos, sem tencionarmos e trabalharmos para a desconstrução da supremacia branca? Sem efetivamente enfrentarmos o racismo?

É imprescindível que corpos pesquisadores discentes e docentes brancos possam perceber e reconhecer como a branquitude permeia suas práticas, seus discursos, suas teorias e seus modos de se relacionar no espaço da formação em Psicologia, pois o enfrentamento ao racismo exige um trabalho árduo, um giro no corpo e não apenas palavras vazias de axé de transformação. Um giro nos modos

de nos relacionarmos entre nós, com a pesquisa, com as teorias, com as/os autoras/es, com colegas, com nossos pensamentos e sentires, com o modo como ensinamos e aprendemos, com o modo como pesquisamos. O enfrentamento ao racismo exige que a educação para as relações raciais não seja um adendo, um acessório para enfeitar ou colorir o texto em um evento da pós-graduação – como o eco do pacto narcísico da branquitude já proferiu por entre as paredes do prédio que circulamos. Ele exige entender a gravidade de falas que, por vezes sussurradas, outras gritadas, enunciam frases como: “Vocês devem estar cansados de falar sobre raça”. Escutar isso soa muito estranho para mim. Vai chegar o dia (aqui aviso: alerta de ironia!) em que a branquitude descerá de seu banquinho racial? Aquele banquinho que Patrícia Lino (2020) conta fazer parte do kit de sobrevivência do colonizador, aquele sobre o qual os portugueses deveriam subir para se manterem mais altos do que todos que foram subjugados a pertencerem às chamadas colônias. Será que, então, chegamos ao fim da supremacia branca e ninguém me avisou? Notícias como essas não deveriam correr aos quatro ventos? Ironias à parte (porque as vezes é preciso rir exatamente ali, onde a marafunda colonial desejaria nosso desespero), infelizmente ainda não chegou o tempo em que podemos enterrar o mito da democracia racial ou a supremacia branca.

Algumas pessoas podem pensar/dizer: “Nossa, Luciana, quanto pessimismo. Veja só o tanto de coisa que já se transformou”, “até abrimos as portas da universidade para vocês”, “até temos aquela aula sobre raça e aquele tal texto de ‘estimação’”. Aqui, nas frestas do presente em que vivemos, tem passado um tanto de coisa colonial, em nome e pelo bem da humanidade. Mas como nos ensinou Antonio Bispo dos Santos, mais conhecido como Nego Bispo, quando os humanistas “[...] falam em ‘globalizar’, estão dizendo ‘unificar’. Estão dizendo moeda única, língua única, mentes poucas [...] o que existe para eles é a história do eurocentrismo – da centralidade, da unicidade” (Santos, 2023, p. 31).

Outro dia, participei de uma mesa em um evento, no campo da Psicologia, em que raça era um dos temas centrais, uma mesa que fiz parte junto de uma colega branca psicóloga e um colega branco psicanalista. Em dado momento, o colega, que falou antes de mim, trouxe a questão de que lutar contra a segregação era muito complicado, porque isso gerava mais segregação. Vou te poupar de narrar tudo o se passou na minha cabeça naquela hora, mas posso dizer que me perguntava se eu tinha escutado aquilo mesmo se, porventura, não ia surgir

o “Sergio Mallandro<sup>9</sup>” (desculpe se essa referência de humor já for muito velha pra ti e para quem nos lê) gritando “ieie” para gente entender que tudo não passou de uma “pegadinha do Mallandro”. Logo depois, era eu quem precisava falar sobre aquilo que tinha preparado para compartilhar. Em seguida de todas as três falas, conversa vai, conversa vem, o colega começa a contar sobre a diferença que ele percebe na postura dos “africanos” que entram no metrô lá na França (de cabeça erguida) e os negros que pegam o metrô aqui pela terra brasilis (curvados). Ao final de seu comentário ele vira-se para mim, que estava sentada ao seu lado, perguntando-me: – tu já pensou sobre isso? Repito, ele me perguntou se eu já tinha pensado sobre aquilo, sobre como a escravização tinha um efeito no corpo negro.

Há vários elementos que eu poderia puxar para abrir janelas analíticas sobre relações raciais com esta cena, mas, por hora, vou me ater de te contar sobre o que me foi possível dizer antes que a mesa se encerrasse de fato: sim, há um efeito do processo, das práticas sustentadas na escravização de pessoas africanas traficadas para as terras de cá em nossos corpos, mas vocês brancos já pensaram no que seus corpos herdam desse mesmo processo? O que vocês fazem com essas heranças, esses privilégios? Importante pontuar que, se trago essa cena, não é para “analisar” a pessoa do colega, não é para pensar a individualização do racismo, mas para tomar essa cena como analisadora de uma postura possível de ser sujeito em nossa sociedade, do sujeito branco, intelectual, superior na hierarquia racial. Que produção de conhecimento sustenta essa postura do homem branco intelectual? Que modos de perceber o mundo, de acessá-lo, de estar diante de um corpo de uma mulher negra ele performa?

É preciso que pessoas brancas abram mão de privilégios para que possa haver justiça racial e epistêmica neste país – privilégio de poder escolher (ou nem sequer se preocupar em escolher) apenas simplesmente não falar sobre a multiplicidade dos corpos, não racializá-los, não se racializar, não se preocupar em saber de onde se vem, para onde se vai ou que corpo produz determinada teoria. Privilégio de ter como um incômodo possível o fato de que não estamos ou não queremos colocar a centralidade do conhecimento nos tais “clássicos”, os cânones acadêmicos. “Mas e o Deleuze...e o Foucault?”, que são considerados “clássicos” na Psicologia Social mais ao sul do país, eles me perguntam, com

<sup>9</sup> Apresentador, humorista, ator que se popularizou a partir da década de 1980.

grande preocupação. Minha gente, tem um povaréu ecoando as mesmas ideias e modos de pensar em seus trabalhos, jura que assusta tanto uma mulher negra, no sul do Brasil, escolher outras mãos com quem ela quer cirandar suas pesquisas na universidade? Assusta escolher dar as mãos a outras mulheres negras? Deve ser porque nesta uni-versidade colonial, cirandar não é visto como um rigoroso movimento teórico-metodológico. Mas eu, assim como tantas que me antecederam e seguem existindo através de nós, devo lutar para sustentar e proteger o que importa, e as lógicas coloniais não estão entre aquilo que nos importa, muito menos a branquitude, com seu diploma colonizador. Pois a nossa gente deseja a pluriversidade, aqui mesmo, onde reina a universalidade.

Para ir finalizando minha carta, queria contar a você sobre o quanto o diálogo com Cida Bento (2002) me faz cada vez mais lançar a seguinte pergunta às pessoas brancas: o que, efetivamente, você (pessoa branca) tem feito para produzir rupturas com o pacto da branquitude em seus percursos pela pesquisa, pelo ensino, pela academia? Isso sem deixar de dizer a elas, com certa ironia, que não vale dizer que se descobriu branca/o/e aos cinquenta anos, ou chorar falando sobre como é difícil ser branca/o/e ao se dar conta da violência que corpos negros e indígenas sofrem todos os dias; ou, ainda, publicar sobre o tema sem movimentar as relações, sem o exercício da transformação aqui, no cotidiano. É muito mais sobre ações e práticas constantes que movimentem seu corpo branco a produzir rupturas neste pacto! Arriscar a própria pele parece ser um exercício metodológico importante para esse objetivo. Mas quem está disposto a isso?

Um abraço afetuoso,

Luciana

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Maria Paula Meneses (2018), ao nos falar sobre o colonialismo como violência, a partir da “missão civilizadora” que Portugal efetivou sobre Moçambique, menciona o quanto o processo de colonização epistêmica foi sendo sustentado pela “[...] incapacidade de ouvir e (re)conhecer o outro como sujeito, com experiências, com saberes” (Meneses, 2018, p. 116). Na base de muitas de nossas experiências e formações acadêmicas em nosso país, se encontram processos epistêmicos que foram colocados em curso por aqui desde que Pedro Álvares Cabral, com suas caravelas, aportou por nossas terras. Ao lermos a carta enviada

por Pero Vaz de Caminha (escrivão de Cabral), ao rei português da época, contando o que aqui viu, se torna bastante significativo que ao final dela ele assinala a seguinte recomendação ao rei: “[...] o melhor fruto, que nela [a terra recém chegada] se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar” (Caminha, 2017, p. 98). Salvar, aqui, é sinônimo de branquear, em todos os sentidos que isso pode assumir: adaptar, catequizar, docilizar, colonizar, eliminar, legitimar e impor um único modo de ser e viver, corroborando a colonização epistêmica da qual nos fala Maria Paula Meneses (2018).

Nesse sentido, Sueli Carneiro (2011), endereça a nós, profissionais do campo da Psicologia, um importante chamado para o enfrentamento ao sistema de dominação supremacista branco. Ela nos convoca a assumirmos o compromisso de construir estratégias que ofereçam ferramentas de desconstrução da brancura como ideal a ser seguido. Precisamos, portanto, seguir pensando e trilhando caminhos possíveis que possam contribuir para a produção de uma formação pactuada com a luta antirracista e com processos contracoloniais de ensino-aprendizagem; uma Psicologia que aposte no exercício contra-hegemônico, assentada em uma produção de conhecimento desde aqui, da nossa América Latina, como Lélia Gonzalez (2018) nomeou os territórios daqui.

Nesse caminho, o percurso pelo estudo dos feminismos negros e de pensadoras/es que discutem e propõem enfrentamentos às lógicas opressivas e racistas, como Lélia Gonzales (2018), bell hooks (2019), Maria Aparecia Bento (2002), Maria Paula Menezes (2018), Audre Lorde (2020), Gloria Anzaldúa (2019), Ramón Grosfoguel (2016) e Joaze Bernardino-Costa (2016) é fundamental para seguirmos sustentando movimentos de ruptura com uma formação em Psicologia ainda hegemonicamente, euro-estadunidense centrada, herdeira de uma academia ocidentalizada em um projeto moderno-colonial (Grosfoguel, 2016). É preciso nos deslocarmos de uma produção de academia que ainda tem dado vazão ao epistemicídio, sexismo, racismo, para seguirmos em direção a um posicionamento onde o trabalho, a escrita e a vida não se tornem dimensões separadas de nossa existência (Anzaldúa, 2019; hooks, 1995). Concordamos com Cidinha da Silva (2019) quando ela nos convoca a pensar sobre como

A universidade negra quer afirmar direito, promover culturas e saberes que não têm tido vez no mundo globalizado. Quer a ética como base

epistemológica inegociável. Quer coexistir, e não eliminar indivíduos, mas é certo que queira eliminar o racismo e estabelecer a convivência equânime entre as pessoas, respeitando todos os seus pertencimentos (Silva, 2019, p. 152).

Se, como alerta bell hooks (2019, p. 56), “[v]ivemos em um mundo em crise governado por políticas de dominação”, a colonização das Américas, do continente Africano e toda a violência perpetuada a partir dela foram imprescindíveis ao estabelecimento dessas políticas de dominação que, como podemos acompanhar nas discussões levantadas por Meneses (2018) e Grosfoguel (2016), envolvem epistemicídios e a globalização de um projeto de universidade ocidentalizada. Esse projeto de mundo opera lógicas hierárquicas em relação à produção de saberes, à valorização dos corpos e aos modos de existência, assim como lógicas que polarizam e organizam a relação com o mundo em parâmetros dicotômicos maniqueístas.

Não é por acaso que, ainda, em nossos dias, proposições como a de bell hooks (2017), de uma educação como prática de liberdade, em que a aprendizagem de conteúdos, informações, leituras e técnicas para a formação sejam indissociáveis do exercício de partilha de nossas experiências como sujeitos integrais no mundo, não seja algo simples de se efetivar ou corriqueiro nos espaços formativos do ensino superior, o que se torna compreensível ao reconhecermos as lógicas coloniais, racistas, sexistas, elitistas e capitalistas que, historicamente, constituem a universidade. Compor técnica, conteúdo e experiências pode não ser algo simples, mas é elementar se desejamos apostar em uma educação antirracista e, conseqüentemente, que afirme a transformação social. Na “[...] formação de psicólogos/as há que se produzir alternativas aos procedimentos de redução da dimensão humana e à reiteração da universalidade ocidental hegemônica” (Menezes; Lins; Sampaio, 2019, p. 7).

bell hooks (2017) nos ensina que uma educação transgressora dos processos e das lógicas coloniais precisa de nossa aposta em uma relação baseada no reconhecimento mútuo entre todas/os/es. Isso inclui “[...] insistir em que a presença de todos seja reconhecida” (hooks, 2017, p. 18), não apenas afirmando essa insistência em palavras, mas demonstrando em ato, ou seja, na forma como nos relacionamos. Como temos nos relacionado nos espaços de formação em Psicologia? Mudar paradigmas é algo importante, mas não é o suficiente, pois é

preciso mudarmos, também, a forma como pensamos, escrevemos e falamos, como aponta bell hooks (2017). Ela nos diz mais: na educação, nosso trabalho não é simplesmente partilhar informações; nesse sentido, precisamos buscar o “[...] conhecimento acerca de como viver no mundo” (hooks, 2017, p. 27) e juntar vontade de saber à vontade de vir a ser. O que aprendemos na universidade nos ajuda a sonhar com o que desejamos nos tornar? Isso nos ajuda e nos convida a aprender com o compartilhar de nossas histórias? Quando oferecemos informações sem tratar das ligações daquilo que se aprende com as experiências globais de nossas vidas, é no paradigma do Projeto Moderno Colonial que estamos nos situando.

Em um caminho possível para a aposta em uma educação como prática de liberdade (hooks, 2017), torna-se fundamental pensarmos essas implicações históricas as quais se vinculam os percursos de formação em Psicologia, as aprendizagens, ferramentas e práticas ofertadas à atuação em Psicologia: quais autoras/es convidamos para produzir nossas leituras sobre os cenários que experienciamos e iremos atuar, sobre as relações que se atualizam em nossos cotidianos? Como nos relacionamos com a produção de autoras/res negras/os e indígenas brasileiras/os? Como nos relacionamos com autoras/es que estão produzindo à margem dos grandes centros de produção e legitimação do conhecimento, onde o privilégio epistêmico forjou o que é considerado cânone acadêmico?

Como é possível seguirmos compreendendo o território e os processos subjetivos nos quais estamos imersas/os enquanto sujeitos, pautando-nos, prioritariamente, pelas perspectivas e estudos de alguns poucos homens brancos (Grosfoguel, 2016)? Quais efeitos isso tem produzido em nosso país, que se constitui muito mais como uma América Africana, como Lélia Gonzalez (2018) nos convoca a perceber? É preciso enegrecer e encantar a universidade para sustentar sua pluriversidade.

Nesse sentido, o campo da Psicologia Social tem potência para contribuir para os processos de descolonização de nossos modos de pensar, de nos relacionar e de produzir conhecimento na formação em Psicologia (e, amplificando a discussão, no espaço acadêmico). No entanto, essa potência depende de um giro e uma aposta no compromisso em assumir uma postura radical antirracista e contra todas as formas de dominação. Esse movimento passa por reconhecer as heranças coloniais que constituem nosso campo, o que inclui um histórico

de pesquisas e estudos eugenistas<sup>10</sup>, currículos eurocentrados e brancos para formação de profissionais no contexto brasileiro, ausência de discussão sobre relações étnico-raciais e suas implicações na produção subjetiva e os efeitos nas relações sociais (Barcellos, 2020). Esses aspectos têm profundo impacto na compreensão e leitura sobre os processos psíquicos, sobre o desenvolvimento humano, as relações de trabalho e a produção de cuidado e saúde, pois, entre outros elementos, excluem a possibilidade de reconhecer e enfrentar os efeitos perversos do racismo na saúde mental e física dos sujeitos, assim como excluem o reconhecimento e a possibilidade de enfrentamento da violência vinculada à branquitude como sistema de opressão.

Enegrecer e pluriversalizar a Psicologia passa, portanto, pela sustentação de políticas de ações afirmativas para corpos historicamente excluídos do ingresso e da permanência na universidade – corpos negros, indígenas, LGBT+ e deficientes; passa por efetivamente compor a formação a partir de diferentes epistemologias, que contribuam para pensar subjetividades, sujeitos e territórios de nossa América Latina (Gonzalez, 2018); passa por fazer um giro em relação ao modo como compreendemos o espaço da sala de aula e o engajamento na produção de relações que permitam que esse espaço se constitua a partir de políticas de cuidado e encatamento da vida (Battistelli; Rodrigues, 2021).

Encaminhando o fechamento de nossa escrita, ressaltamos o convite para que possamos apostar na transformação da formação em Psicologia, assim como em relação às diferentes formações no âmbito do ensino superior. É um convite para que possamos nos engajar, como nos convoca bell hooks (2017), em uma educação (em Psicologia) como prática de liberdade.

## REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. In: PEDROSA, Adriano; CARNEIRO, Amanda; MESQUITA, André (Org.). *Histórias das mulheres, histórias feministas*. [volume 2]. São Paulo: MASP, 2019. p. 85-94.

BARCELLOS, Jessyca da Rosa Santos. Formação em psicologia e a educação das relações

---

<sup>10</sup> Em outubro de 2021, a American Psychology Association (APA) – Associação Americana de Psicologia – publicou um pedido de desculpas por contribuir, ao longo de sua história, para a manutenção do racismo. Informação disponível em: [https://www.anpepp.org.br/boletimartigo/view?ID\\_BOLETIM=27&ID\\_BOLETIM\\_ARTIGO=289](https://www.anpepp.org.br/boletimartigo/view?ID_BOLETIM=27&ID_BOLETIM_ARTIGO=289). Acesso em 5 mar. 2023.

raciais: um estudo sobre os currículos de graduação em psicologia em Porto Alegre e Região Metropolitana. In: SILVEIRA, Raquel da Silva; SILVA, Liziane Guedes da; NARDI, Henrique Caetano; RODRIGUES, Luciana. *Psicologia e reações raciais*: um percurso em construção. Porto Alegre: ABRAPSO; UFRGS, 2020.

BATTISTELLI, Bruna Moraes. *Entre cartas e conversas*: por uma política de pesquisa feminista e contra-colonial para a psicologia social. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2022.

BATTISTELLI, Bruna Moraes; RODRIGUES, Luciana. Contar histórias desde aqui: por uma sala de aula feminista e amefricana. *Quaestio – Revista de Estudos em Educação*, Sorocaba, v. 23, n. 1, p. 153-73, 2021.

BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). *Psicologia social do racismo*: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-57.

BERNARDINO-COSTA, Jozi; GROSGUÉL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016.

CAMINHA, Pero Vaz. O que nesta vossa terra vi. In: RODRIGUES, Sérgio (Org.). *Cartas brasileiras*: correspondências históricas, políticas, célebres, hilárias e inesquecíveis que marcaram o país. São Paulo: Companhia das letras, 2017. p. 82-98.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales Niñez y Juventud*, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 607-30, 2010.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

GONZALEZ, Lélia. *Primavera para Rosas Negras*: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

GROSGUÉL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, 25-49, 2016.

HOOKS, bell. *Erguer a voz*: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. *Ensinando a Transgredir*: a educação como prática de liberdade. São Paulo: WWF; Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, 1995.

LINO, Patrícia. *O kit de sobrevivência do descobridor português no mundo anticolonial*. Juiz de Fora: Edições Macondo, 2020.

LORDE, Audre. *Sou sua irmã*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

MENESES, Maria Paula. Colonialismo como violência: a “missão civilizadora” de Portugal em Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, [s. l.], número especial, p. 115-40, 2018.

MENEZES, Jaileila Araújo; LINS, Saiane Silva; SAMPAIO, Juliana Vieira. Provocações pós-coloniais à formação em psicologia. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 31, 2019.

RODRIGUES, Luciana. Negra de pele clara: embranquecimento e afirmação da negritude no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 30, p. e74733, 2022.

SANTOS, Antonio Bispo. dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu, 2023.

SILVA, Cidinha da. *#Parem de nos matar!* São Paulo: Pólen, 2019.

### **Sobre os autores:**

**Anna Thereza Vargas Graciliano:** Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). **E-mail:** annathereza12@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0009-0001-7564-6020>

**Luciana Rodrigues:** Doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Adjunta do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UFRGS e docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. **E-mail:** lurodrigues.psico@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-0061-1402>

**Recebido em: 10/01/2024**

**Aprovado em: 22/03/2024**

